



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

INTERVENÇÃO **Jornal da Cidade - 15/01/2016**

‘Som de Calçada’: PM pede ajuda ao MP

O evento denominado “Som de Calçada” que acontece aos domingos a partir das 17h na região da Passarela do Caranguejo, orla da Praia de Atalaia, pode estar com os dias contados. Um ofício encaminhado pela Polícia Militar de Sergipe pede a intervenção do Ministério Público Estadual devido às irregularidades evidenciadas na realização do evento como, por exemplo, consumo intenso de drogas.

A PM encaminhou o ofício ao MPE há cerca de um mês e relata possíveis irregularidades na realização do evento, como: uso intenso de entorpecente, ausência de alvará para utiliza-

ção do espaço público e poluição sonora. Por solicitação da promotora de Justiça, Adriana Ribeiro Oliveira, da 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema) deverá realizar vistoria e fiscalização no “Som de Calçada”.

Ainda de acordo com a PM, foi constatado, nas inserções feitas no local por policiais da Companhia de Policiamento de Turismo (CPTur), o uso intenso de entorpecente no local. Além disso, os organizadores não teriam alvará para utilização do espaço público. Outra irregularidade

seria a comercialização ilegal de ambulantes na área. Em dezembro passado, ocorreu um tumulto envolvendo os participantes do evento e policiais militares.

Para o advogado e músico João Vitor, o que se observa é uma atuação truculenta da polícia, atrelada a uma desinformação e uma inverdade sobre o “Som de Calçada”. “Não podem impedir a manifestação das pessoas”, disse.

“É muito importante o relato do que vem acontecendo, até porque mobilizações assim do Estado para sufocar a cultura tem que ser noticiadas, um Estado omissivo com a cultura

que através da PM quer que só perdue o que interessa à uma minoria que pode pagar por caros divertimentos que, de longe, na maioria dos eventos, não se iguala em termos de conteúdo e valor cultural ao que vem sendo realizado nas ocupações dos espaços públicos”, protestou.

João Vitor lembrou que no episódio ocorrido em dezembro durante a abordagem policial houve um abuso de autoridade. “Tentaram levar o som. Querendo impor de forma abusiva a autoridade. O que estamos fazendo é movimentar a cena cultural do Estado”, completou.